

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A LEI DE LICITAÇÕES COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO
DO MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR**

SAMUEL WESLEY ELIAS

FLORIANÓPOLIS

2000

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A LEI DE LICITAÇÕES COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO
DO MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Acadêmico: SAMUEL WESLEY ELIAS

Orientador: PROFº MESTRE FLÁVIO DA CRUZ

FLORIANÓPOLIS


2000

A LEI DE LICITAÇÕES COMO FORMA DE AMPLIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR

AUTOR: SAMUEL WESLEY ELIAS

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,5..... atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2000.


PROFª MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Profº Mestre Flávio da Cruz


Membro: Profº Mestre Guilherme Júlio da Silva


Membro: Profº Luiz Alberton

“É economia mal orientada dispensar um bom serviço de contabilidade. Se é verdade que, à primeira vista, parece improdutivo a defesa da integridade patrimonial, a maior eficiência na arrecadações e a regularidade na despesa compensam fartamente a despesa com o pessoal de contabilidade, além dos efeitos morais, às vezes, moralizadores, que esse fator de ordem administrativa produz.”

Francisco D’Áuria

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, que é doador e mantenedor da minha vida, socorro bem presente nas minhas tribulações e angústias, e que esteve ao meu lado por todo o caminho até aqui percorrido.

A minha mãe, pelo empenho na minha educação e pela dedicação para o meu sustento, incentivadora nos momentos difíceis, por ser ela o motivo de minha existência, corajosa, valente, forte – MÃE.

A minha amada esposa, pelo incentivo contínuo, que me fez acreditar que nada é impossível quando acreditamos na nossa capacidade e empenho, e por me dar aquilo que ninguém mais poderia fazê-lo – o amor de uma grande mulher e de uma maravilhosa esposa.

Aos professores que contribuíram para o meu desenvolvimento e aprendizado acadêmico. Em especial ao Mestre Flávio da Cruz pela prontidão, paciência, confiança, incentivo e dedicação, estando pronto a receber-me em muitas ocasiões.

Aos meus colegas de trabalho, pela capacidade de compreensão e pela paciência.

Aos meus colegas de turma, pela convivência harmônica durante a jornada acadêmica e pela amizade e companheirismo demonstrados.

Enfim, agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

Á TODOS:
MUITO OBRIGADO!

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1.1	INTRODUÇÃO.....	01
1.2	Tema.....	02
1.3	Problema.....	02
1.4	Objetivos.....	03
1.5	Metodologia.....	04

CAPÍTULO II

Aspectos Gerais de Licitações

2.1	A LEI DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	06
2.1.1	Conceito de licitação.....	08
2.2	QUEM ESTÁ OBRIGADO A LICITAR.....	09
2.3	MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	10
2.4	O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	11
2.4.1	Edital.....	12
2.4.2	Funções do edital.....	12
2.4.3	Partes do edital.....	13
2.4.3.1	Preâmbulo.....	13
2.4.3.2	Texto.....	13
2.4.3.3	Fecho.....	13
2.5	JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.....	14
2.5.1	Licitação de menor preço.....	14
2.5.2	Licitação de melhor técnica.....	15
2.5.3	Licitação de técnica e preço.....	15
2.5.4	Licitação de maior lance ou oferta.....	15
2.6	HOMOLOGAÇÃO.....	15
2.7	ADJUDICAÇÃO.....	16
2.8	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	16
2.9	HABILITAÇÃO.....	17
2.9.1	Habilitação jurídica.....	18
2.9.2	Regularidade fiscal.....	19

2.9.3	Qualificação técnica.....	19
2.9.4	A capacitação econômico-financeira.....	19
2.9.5	Registro no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.....	20
2.10	A RELAÇÃO ENTRE CUSTOS E LICITAÇÕES.....	21

CAPÍTULO III

A Efetividade do Controle de Custos no Auxílio ao Processo Licitatório

3.1	EFETIVIDADE.....	23
3.2	CONTROLE.....	25
3.2.1	A apuração dos custos e as licitações.....	26
3.2.2	Custos e a tomada de decisões.....	28

CAPÍTULO IV

A Expansão de Tarefas para os Contadores frente à Lei 8.666/93

4.1	O MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR MODERNO.....	30
4.2	A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL.....	32
4.3	O CONTADOR E A LEI 8.666/93.....	33
4.4	A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUXILIANDO NA TOMADA DE DECISÕES.....	36
4.4.1	O governo como usuário das informações financeiras.....	38
4.4.2	Indicadores financeiros gerados pela análise econômico-financeira das empresas...	39

	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
--	---------------------------	----

	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
--	---------------------------------	----

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

As perspectivas de atuação do contador no mercado de trabalho estão se diversificando cada vez mais; talvez pela influência da globalização ou pelo fato de alguns profissionais estarem investindo mais em pesquisas. Uma das conseqüências, desta diversificação, é o interesse em outras áreas que não eram consideradas atrativas.

Uma das áreas que pode ser explorada pelo profissional de contabilidade é a que está relacionada as licitações, independentemente de sua área de atuação.

No caso de atuar em empresas privadas, o contador como responsável pela sua contabilidade, pode, além de ser o profissional que preserva a escrituração contábil em dia, observa as datas do pagamento das obrigações tributárias e sociais, e mantém a documentação desta empresa organizada, além de possuir conhecimentos da Lei 8.666/93, sancionada em 21 de junho de 1993, denominada de Lei das Licitações e Contratos Administrativos, utilize tal lei como instrumento para que as empresas tomem conhecimento de como possam estar aptas a participarem de processos licitatórios.

Se porventura o contador atua em empresas públicas, o conhecimento da lei das licitações torna-se além de interessante, necessário, pois certamente estará atuando na área financeira de um determinado órgão público.

Preço, competitividade, licitação e a lei que a regulamenta, não deveriam ser assuntos desconhecidos para os profissionais de contabilidade, principalmente para aqueles que prestam serviços para empresas que participam de processos licitatórios..

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 37, determina que haja competitividade nas compras efetuadas pelos órgãos públicos e na regulamentação desta ordem constitucional, menciona que se deve comprar pelo menor preço com a melhor qualidade.

1.2 Tema

Vivemos em um país onde é muito comum ocorrerem variações, sejam elas políticas, econômicas, sociais ou culturais. Diante destas variações, o exercício da função contábil, requer um acompanhamento diário dessas mudanças, atualização e adequação a um mercado de trabalho diferenciado, onde ocorre um esforço para atendê-lo cada vez melhor.

Diante destes aspectos, o tema desta monografia é: a lei de licitações como forma de ampliação do mercado de trabalho do contador.

1.3 Problema

A profissão do contador, tornou-se com o passar dos tempos sem importância para alguns e extremamente importante para outros. Os que a julgam sem importância são aqueles que vêem no contador, um profissional responsável pela medição numérica da empresa e pela elaboração de demonstrações contábeis – o guarda livros. Mas há os que corretamente, o consideram extremamente importante e capacitado para participar no gerenciamento da empresa, contribuindo para torná-la competitiva no mercado em que atua.

Portanto, para o contador que venha a atuar na área pública, o estudo da lei de licitações é no mínimo indispensável, pois ao atuar nos setores orçamentários, financeiros ou administrativos, fatalmente deverá possuir os conhecimentos necessários sobre os aspectos que envolvem tal legislação e a influência da mesma sobre os custos.

Se porventura o contador atuar na iniciativa privada, através do estudo da lei das licitações, e conseqüentemente, sabedor das exigências que são feitas por tal lei para que a sua empresa participe de processos licitatórios, poderá torná-la apta para participar, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista econômico.

Por conseguinte a pergunta da pesquisa é: como os contadores, ao utilizarem a lei de licitações, através de seu estudo aprofundado, podem ampliar seu mercado de trabalho, sejam eles atuantes na área pública ou privada?

1.4 Objetivos

O objetivo geral deste estudo consiste em conhecer a lei de licitações e contratos administrativos, como forma de diversificação do campo de atuação do contador no mercado de trabalho.

No que diz respeito aos objetivos específicos pretende-se o seguinte:

- a) apresentar sucintamente a lei de licitações nos seus aspectos relativos a compras, contratações, compra direta, dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, relacionando-a com aspectos da contabilidade de custos;
- b) verificar a efetividade do controle de custos no auxílio ao processo licitatório para as empresas;
- c) determinar como, quando e porque a lei de licitações poder vir a ser uma nova perspectiva de atuação no mercado de trabalho para os contadores, e analisar a possibilidade de abertura desta mercado para novas idéias.

1.5 Metodologia

O ser humano desenvolveu ao longo de sua existência diversas maneiras de produzir e reproduzir o conhecimento. Uma dessas diversas maneiras de produção do conhecimento denomina-se pesquisa.

Segundo SALVADOR (1980: 10):

[...] a pesquisa pode ser considerada como forma de aprendizagem cultural e como forma de produção cultural. A primeira pode ser chamada de pesquisa didática, e a segunda é a pesquisa científica.

A presente pesquisa, portanto, trará tanto ao pesquisador como também aqueles que tiverem o interesse na área a ser explorada, um aprendizado a mais, bem como a obtenção de respostas a perguntas, talvez até antes formuladas, porém ainda não respondidas de maneira convincente, através da pesquisa didática e da pesquisa científica.

FACHIN (1993: 102), ainda afirma o seguinte:

[...] a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o Leitor a determinado assunto e a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

Portanto, a pesquisa de um modo geral, conduz ao conhecimento de determinado assunto, coisas e verdades. No caso específico da pesquisa científica, que pode ser feita em bibliografias, é dividida em pesquisa descritiva, pesquisa experimental e pesquisa exploratória.

As pesquisas científicas tem como resultado os trabalhos científicos escritos. A monografia é um trabalho científico escrito; é um método de apresentação de determinada pesquisa.

LAKATOS (1983: 81) diz que:

[...] o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações.

Portanto, a presente pesquisa adotou as seguintes técnicas:

- a) o levantamento bibliográfico, com a reunião de jornais, obras especializadas e outras pesquisas realizadas sobre o assunto;
- b) leitura e interpretação da bibliografia selecionada;
- c) finalmente, conforme as normas, organizar e redigir a monografia, com a apresentação de um trabalho escrito.

CAPÍTULO II

Aspectos Gerais de Licitações

2.1 A LEI DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei das Licitações e Contratos Administrativos, que é regulamentada no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências:

ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A licitação tem a função de garantir a observância do princípio da isonomia e de selecionar a proposta que seja mais vantajosa para a Administração e obedecerá os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A licitação é uma regra, porém é admitido pela lei, contratações e/ou compras diretas, ou seja, na contratação direta é obrigatório seguir um procedimento especial, observando os princípios da licitação, para que se obtenha o resultado mais vantajoso possível, que é a compra pelo menor preço, sem no entanto abrir mão da qualidade.

Dispensa e inexigibilidade de licitação são conceitos diferentes. Na inexigibilidade, a licitação é impossível porque não há viabilidade de competição. Na dispensa, a competição é viável, mas a lei diz que é inconveniente. No que diz respeito a inexigibilidade, tem-se apenas alguns exemplos, por sua vez, a dispensa encontra diversos.

A abordagem sobre a matéria “licitações” em obras monográficas ou não, comentários a respeito de cada disposição legal, realizados por autores de grande conhecimento jurídico, demonstram a importância do tema, que reclama estudos a cada dia mais aprofundados.

Diversos congressos, seminários, cursos e encontros têm reunido profissionais do setor público e privado que não se cansam de discutir questões polêmicas de licitações e contratos, que estão a desafiar a curiosidade e o interesse de muitos profissionais, como os contadores.

As licitações e contratações ocupam lugar de destaque no dia a dia das empresas públicas, não apenas por conduzirem ao estabelecimento de relações jurídicas essenciais para a gestão dos negócios públicos, que é sua função principal, mas porque mostram o esforço, ou a simples acomodação, dos agentes estatais na direção desses negócios, de modo harmonioso, ou não, com base na legitimidade e da economicidade que hoje conformam o dever de bem administrar.

No artigo 22, XXVII da CF/88 é descrito o seguinte:

“normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III.”

Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autarquias e fundações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Assim, a competência para legislar sobre licitação cabe às pessoas jurídicas de direito público, com capacidade política: União, Estados, Municípios e Distrito Federal, cabendo à União editar as normas gerais sobre a matéria.

2.1.1 Conceito de licitação

Muitos são os autores que se dedicam ao estudo desse importante tema. Vamos apresentar as definições que alguns deles dão a licitações.

Hely Lopes Meirelles (1995:247), afirma que a licitação é um procedimento administrativo que a Administração Pública utiliza para selecionar a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (1992:205):

Licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental pretendendo alienar, adquirir, ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessado para apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros preestabelecidos e divulgados.

Marçal Justen Filho (1993:18) assim define licitação:

Procedimento administrativo formal, realizado sob regime de direito público, prévio a uma contratação, pelo qual a Administração seleciona com quem contratar e define as condições de direito e de fato que regularão essa relação jurídica futura.

É bastante comum, nas definições acima, aparecer expressões como “procedimento administrativo” e “selecionar”, ou seja, segundo os autores citados a licitação é um procedimento administrativo que tem a finalidade de selecionar.

Outro fator importante nas definições é o fato de que a administração selecionará o que for mais “vantajoso” para ela, isto é, o que for mais vantajoso para o “interesse público”. O Administrador Público, que é quem vai licitar, não pode presumir que este ou aquele objeto é mais vantajoso para órgão, mas terá que seguir os preceitos legais.

Licitação é portanto, um procedimento administrativo destinado a fazer uma seleção, entre aqueles fornecedores que são qualificados, para apresentarem a proposta que seja mais vantajosa do ponto de vista econômico e qualitativo para a Administração Pública.

2.2 QUEM ESTÁ OBRIGADO A LICITAR

Inicialmente cumpre observar que a CF/88 tratou da licitação nos artigos 37, 173 e 175. O art. 37 reportou de modo expresso à Administração Pública Direta, Indireta ou Funcional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade. O inciso XXI do mencionado art. 37 traz consignado o princípio da licitação.

Portanto, estão obrigadas à licitação pública tanto as pessoas de direito público de capacidade política, quanto as entidades de suas administrações indiretas ou fundacionais (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações governamentais).

O Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Federal, em seu art. 19, diz que as concorrências e tomadas de preços, embora realizadas no local da repartição interessada, deverão ser noticiadas no “Diário Oficial” da União e em jornal de ampla circulação no País.

2.3 MODALIDADES DE LICITAÇÃO

O art. 22 da Lei 8.666/93 relaciona as modalidades de licitação:

- I – concorrência;**
- II – tomada de preços**
- III – convite;**
- IV – concurso;**
- V – Leilão.**

Nos parágrafos subseqüentes é explicitado cada uma das modalidades:

“§1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação, comprovem possuir os requisitos mínimos no edital para execução de seu objeto.

§2º Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual fixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestem seu interesse com antecedência mínima de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§4º Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

§5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação.”

As modalidades descritas nos três primeiros parágrafos são semelhantes e determinadas através do valor estimado da contratação, diferenciando-se as obras e serviços de engenharia, das compras e outros serviços, conforme tabela abaixo:

MODALIDADE	Obras e Serviços de Engenharia	Compras e outros serviços
Convite	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 80.000,00
Tomada de Preços	Até R\$ 1.500.000,00	Até R\$ 650.000,00
Concorrência	Acima de R\$ 1.500.000,00	Acima de R\$ 650.000,00

2.4 O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Segundo o art. 31 da Lei 8.666/93, o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa e ao qual serão anexados:

- a) edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- b) comprovante das publicações do edital resumido, da comunicação às entidades de classe ou da entrega do convite;
- c) original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- d) atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- e) pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação;
- f) recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- g) despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso;
- h) termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
- i) demais documentos referentes à licitação.

2.4.1 Edital

O edital é o instrumento através do qual a administração leva ao conhecimento público a abertura de licitação, convocando os interessados para apresentarem suas propostas.

Segundo Mello (ob. Cit. pg. 415):

Edital é o ato por cujo meio a administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará, e fixa cláusulas do eventual contrato a ser travado.

2.4.2 Funções do edital

As principais funções do edital são:

- a) dar publicidade à licitação;
- b) identificar o objeto licitado e delimitar o universo das propostas;
- c) circunscrever o universo dos proponentes;
- d) estabelecer os critérios para análise e avaliação dos proponentes e das propostas;
- e) regular atos e termos processuais do procedimento;
- f) fixar cláusulas do futuro contrato.

A divulgação do edital se realiza de formas diferentes. Pode ser publicado na íntegra ou em resumo, do qual constem a indicação sucinta do objeto licitado, identificação da entidade ou órgão promotor do certame, local e horário em que se poderá obter seu texto completo. Deverá ser publicado na imprensa oficial e, dependendo da modalidade, outros meios de divulgação poderão ser utilizados.

2.4.3 Partes do edital

O edital é composto de partes seqüenciais, divididas em preâmbulo, texto e fecho.

2.4.3.1 Preâmbulo

O preâmbulo é a parte introdutória do edital. Apresenta a licitação, identifica o órgão que a realiza, contém o número do edital, a finalidade da licitação, identifica ainda o processo em que foi autorizada, indica a legislação que a rege, o local, o dia e a hora para o recebimento dos envelopes.

2.4.3.2 Texto

O texto é o corpo e a parte fundamental do edital. O texto define o objeto da licitação, estabelece as condições de participação, os critérios de julgamento das propostas.

2.4.3.3 Fecho

Como o próprio nome sugere, fecho é o encerramento do edital, com as determinações finais sobre sua divulgação, data e assinatura da autoridade responsável pela licitação.

2.5 JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

O julgamento é a fase em que a administração analisa a habilitação, ou qualificação dos licitantes, examinando sua documentação, habilitando-os ou não para participação no certame.

Mello (ob. cit. pag. 268) afirma:

A habilitação, por vezes denominada qualificação, é a fase do procedimento em que se analisa a aptidão dos licitantes. Endente-se por aptidão a qualificação indispensável para que sua proposta possa ser objeto de consideração.

Examina-se nesta fase a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal do participante.

Outra fase do julgamento é a classificação, que vem a ser o ato pelo qual as propostas são ordenadas em função das vantagens que oferecem, na conformidade dos critérios de avaliação estabelecidos.

Por outro lado, serão desclassificadas as propostas que não estiverem em conformidade com os termos do edital, ou que apresentem valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis.

A proposta é inexeqüível quando os preços são excessivamente baixos, os prazos de entrega são impraticáveis, existe inviabilidade técnica da oferta e outros fatores que inviabilizem a execução do objeto da licitação.

2.5.1 Licitação de menor preço

Licitação de menor preço é a mais comum. O critério de menor preço é, sem dúvida, o mais objetivo. É comum quando a administração contrata obras simples, de serviços que dispensam especialização, na compra de materiais ou gêneros padronizados.

2.5.2 Licitação de melhor técnica

Esse critério evidencia a qualidade do bem, obra ou serviço conforme a necessidade administrativa a ser preenchida. O que a administração pretende é a obra, o serviço, o material mais eficiente, mais durável, mais adequado aos objetivos a serem atingidos.

2.5.3 Licitação de técnica e preço

Neste tipo, combinam-se os dois fatores: técnica e preço. Nesse critério a técnica e preço podem ser avaliados separadamente, de modo que, após selecionar as propostas que vierem a alcançar certo índice de qualidade ou de técnica, o preço será o fator de decisão. Pode-se, ainda atribuir pesos, isto é, ponderação aos resultados da parte técnica e ponderação ao preço, que serão considerados em conjunto.

2.5.4 Licitação de maior lance ou oferta

Utilizado nos casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso (art. 45 § 1º da lei 8.666/93).

2.6 HOMOLOGAÇÃO

A homologação é o ato de controle através do qual a autoridade superior continua o julgamento das propostas.

É o ato pelo qual a autoridade competente, que não à comissão, depois que examina todos os atos pertinentes do desenvolvimento do certame licitatório, emite parecer jurídico caso esteja em conformidade com as exigências normativas.

2.7 ADJUDICAÇÃO

É o ato pelo qual a administração convoca o vencedor da licitação para efetivação do contrato em função do qual se realizou o certame, ou seja, é atribuído ao vencedor o objeto licitado para sua posterior efetivação no contrato.

2.8 DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

As hipóteses de dispensa de licitação, descritas no art. 24 da lei 8.666/93, determinam que a administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma daquelas situações.

O elenco de situações em que a licitação é dispensável apresenta-se como a característica de reservar à administração discricionariedade para decidir, em face das circunstâncias do caso concreto, se dispensa ou não o certame. Mesmo se existir hipótese em que a dispensa é autorizada, a administração pode preferir proceder à licitação, se tal procedimento atender o interesse público.

A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- a) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- b) para contratação de serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais de notória especialização;
- c) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo.

Conforme o art. 25 da lei 8.666/93, é inexigível a licitação quando houver inviabilidade jurídica de competição, em especial:

- a) para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que somente possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;
- b) para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros sujeitos à padronização ou uniformidade, por órgão oficial ou mediante representação de categoria profissional, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas;
- c) para a contratação, com profissionais ou firmas de notória especialização;
- d) quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, ou entidades paraestatais ou ainda, aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que todas ficarão sujeitas à licitação.

2.9 HABILITAÇÃO

Para que uma empresa esteja apta a participar de uma licitação não basta apenas à vontade de seu gestor, é preciso satisfazer algumas exigências legais.

Os interessados em participar de um certame licitatório devem apresentar documentos referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira. Dependendo da modalidade da licitação, esta documentação poderá ser exigida total ou parcialmente.

A Lei 8.666/93 prevê nos incisos do artigo 27, para a habilitação nas licitações, a seguinte documentação:

- I – habilitação jurídica;**
- II – qualificação técnica;**
- III – qualificação econômico-financeira;**
- IV – regularidade fiscal.**

2.9.1 Habilitação jurídica

A empresa apta a participar de licitações é aquela que existe juridicamente, isto é, está registrada e exerce suas funções jurídicas. A documentação exigida para comprovar essa situação está contida no art. 28 da Lei 8.666/93:

- I – cédula de identidade;**
- II- registro comercial, no caso de empresa individual;**
- III – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;**
- IV- inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;**
- V- decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.**

2.9.2 Regularidade fiscal

A empresa que não deve para a Administração Pública estaria regular e dessa maneira, habilitada a participar de licitação. Esta exigência seria uma forma indireta de cobrar as empresas que estão em dívida com o fisco e um incentivo para aquelas que mantêm seus impostos em dia.

O art. 29 relaciona os documentos que comprovam a situação fiscal da empresa:

- I- prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- II- prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

III- prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV- prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

2.9.3 Qualificação técnica

Uma empresa é considerada tecnicamente qualificada para executar o objeto da licitação quando atende o objetivo da Administração contratante em relação à qualidade de seu produto ou do seu trabalho. A Administração Pública exige que as empresas comprovem essa qualificação com a finalidade de diminuir o risco de estabelecer contratos com aquelas que possam realizar serviços ou fornecer produtos de qualidade duvidosa.

Conforme o artigo 30 da Lei 8.666/93, a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

2.9.4 A capacitação econômico-financeira

A empresa que tem capacidade econômico-financeira é aquela que tem condições de satisfazer os encargos econômicos decorrentes do contrato. Tal situação é aferida pela comprovação da situação financeira da empresa. A Administração Pública exige a comprovação documental da situação econômica da empresa para que diminua o risco de contratar aquelas que não possuam recursos suficientes para a realização dos serviços ou fornecimento de produtos.

JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR assinala:

Em outras palavras: para o fim de considerar-se o licitante habilitado ou não a passar para a fase das propostas, a mensuração de sua qualificação econômico-financeira não se fará em termos de comparação com a situação dos demais competidores, mas, tão-só, em comparação com a dimensão das obrigações que deverá cumprir, caso celebre o contrato.

O art. 31 da Lei 8.666/93 diz que a documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de três meses da data de apresentação da proposta;

II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III – garantia nas mesmas modalidades e critérios previstos no caput e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

2.9.5 Registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

A Lei 8.666/93, em seu art. 34 dispõe sobre a necessidade de os órgãos e entidades da Administração Pública que realizam freqüentemente licitações, manterem registros cadastrais para efeito de habilitação.

Esses dados previamente conhecidos ofereceriam maior segurança e evitariam surpresas no momento da habilitação quanto à participação e conseqüente desclassificação de empresas.

O registro de fornecedor no SICAF constitui-se no registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal e tem a finalidade de cadastrar e habilitar de forma parcial, pessoas físicas ou jurídicas que tenham o interesse em participar de licitações.

2.10 A RELAÇÃO ENTRE CUSTOS E LICITAÇÕES

Na era da globalização, são muitas as discussões a respeito do conceito de custos e da utilização das suas ferramentas. Estas ferramentas, pouco exploradas poderiam ser usadas em segmentos deficientes de outras áreas (administrativa, financeira e econômica) e ainda oferecer melhores subsídios para uma boa administração. Um destes segmentos, que pode ser atingido, é o setor público. A exploração deste campo, pode despertar, estudantes ou outros pesquisadores interessados, a busca de novas descobertas que conseqüentemente provocariam a transformação do meio, podendo se refletir positivamente em toda a sociedade.

KLICIA MARIA GUIMARÃES em seu artigo na Revista Brasileira de Contabilidade de Abril de 2000, intitulado “A Evolução da Contabilidade de Custos até a Era da Globalização, afirma:

Em face das constantes crises mundiais que temos vivenciado e lançando os olhos especialmente sobre os campo empresarial, onde o reflexo dessa situação é inevitável, verificamos que algumas empresas que atingiram um elevado padrão de desempenho passaram por várias mudanças, que foram fundamentais para a transformação do seu modo de administrar.

O ser humano tem necessidades que devem ser satisfeitas pelas coisas úteis, pelos bens e como estes não existem nas quantidades e qualidades correspondentes às exigências de todos, se tornam econômicos e sua produção somente se realiza com dispêndio determinado de matéria, energia e tempo, e o seu “*quantum*”, expresso em moeda, representa o custo.

Os custos, quando associados aos resultados, definem o tempo de aplicação e de retorno à rentabilidade de um empreendimento, pois que, a todo benefício se associa um custo.

Para que haja controle eficaz do empreendimento devemos acompanhar rigorosamente o andamento dos objetivos da empresa, de seus custos, das diversas atividades que envolvem a vida econômica da empresa.

A contabilidade de custos forma parcela ponderável da moderna contabilidade administrativa, gerencial ou analítica.

A idéia básica de custos, atualmente, é de que eles devem ser determinados, tendo em vista o uso a que se destinem. A diversidade de objetivos da contabilidade de custos torna difícil estabelecer um só tipo de custo da produção, que se adapte a todas as necessidades.

Os contadores, de um modo geral, são os responsáveis pela preservação da vida das empresas, principalmente nos aspectos relacionados ao fisco e a prestação de contas ao empresário, que tem como objetivo primordial a maximização do resultado da organização.

Obviamente que para se obter lucro, é necessário algum tipo de sacrifício. Normalmente, as empresas incorrem, devido ao seu impulso natural de obtenção de lucros, em despesas, que são diretamente confrontadas com as receitas e, quando estabelecidas às diferenças entre estas, chega-se ao tão almejado lucro.

Todo o sacrifício que as entidades dispensam para a obtenção de lucro tem influência direta na formação de seus preços, seja ela atuante no ramo comercial, industrial ou de serviços. Este processo de formação de preços sofre constante impacto devido ao modo como as empresas apuram seus custos e também, principalmente, como agem para a redução destes custos.

Se a redução de custos pode influenciar na redução de preços, qualquer empresa que manter um controle efetivo de seu sistema de custos, pode tornar-se competitiva e ter melhores resultados nos processos licitatórios dos quais fizer parte.

Sendo assim, os contadores como conhecedores do processo que envolve custos e também do modo como reduzi-los, podem através do estudo da lei das licitações, fazer com que suas empresas não somente estejam aptas do ponto de vista legal, a participarem de licitações, como também serem fortes concorrentes no que tange a prática de preços.

CAPÍTULO III

A Efetividade do Controle de Custos no Auxílio ao Processo Licitatório

3.1 EFETIVIDADE

O governo e o gestor dos gastos públicos tem a responsabilidade de manter a transparência dos seus atos estabelecendo parâmetros e medidas de desempenho, relacionados aos princípios constitucionais da eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, que permitem o bom desempenho da Administração Pública.

Para CRUZ (1989:13):

Os bens de uso comum do povo constituem, destarte, o patrimônio do domínio público, são de uso geral e indiscriminado do povo. Estes bens não são demonstrados no Balanço Patrimonial, pois em princípio não se destinam a servir à administração pública, mas a coletividade em geral.

Para que haja o controle dos gastos públicos, sua divulgação e efetiva prestação de contas ao povo, que vem a ser o verdadeiro dono da coisa pública, necessário se faz a utilização de conhecimentos do processo que envolve as contas públicas, e também

conhecer os mecanismos e técnicas para que estas contas sejam bem demonstradas e o que é mais importante, transparentes a ponto que os “donos” da coisa pública possam entender.

Portanto, para que seja possível aferir a efetividade do processo de apuração dos custos e sua influência na tomada de decisão quando da participação da empresa em licitações e também analisar, sob a ótica do poder público, como a licitação pode influenciar os custos das empresas privadas, é preciso primeiramente, definirmos o que é efetividade.

HOLANDA (Novo Dicionário Aurélio: pg. 500), define efetividade como sendo a qualidade de alguma coisa que é efetiva, que tem atividade real e resultado verdadeiro.

A efetividade de um serviço, seja no âmbito público ou privado, se é real a sua existência, pode definir sua qualidade, ou seja, sua existência produz os resultados esperados.

Segundo BEUREN (1998:13): *“[...] é por meio da informação que os gestores conseguem identificar tanto as oportunidades quanto às ameaças que o ambiente oferece à empresa.”*

É preciso existir uma relação entre as informações fornecidas e as reais necessidades dos gestores. Desta maneira, diante de momentos de tomada de decisão, certames licitatórios, ou problemas administrativos, poderão ser escolhidas as melhores alternativas.

BEUREN (1998:30), ainda salienta que:

Se a contabilidade tem como uma de suas principais funções suprir de informações úteis os gestores, cabe a ela gerar informações que dêem o devido suporte ao processo de tomada de decisões em todos os seus estágios: no reconhecimento do problema, na identificação das alternativas possíveis e na escolha da melhor delas.

A efetividade deste processo, que inclui o contador como o responsável pela geração de informações, a empresa e os custos a ela relacionados, diz respeito ao fato de que se não existirem dados confiáveis, os resultados pretendidos pela entidade não serão atingidos. Efetivamente, é o contador que deve fornecer tais dados, que por sua vez são capazes de proporcionar ao gestor da empresa, condições de tomada de decisões, tais como: quando, como e a que preço vender seus produtos e/ou serviços.

3.2 CONTROLE

Ao administrador da uma empresa cabe a tarefa de planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades do pessoal que está sob seu comando.

O controle, certamente está relacionado com muitos aspectos da vida dos seres humanos. É necessário a existência de controle psicológico, para controlar alguma coisa que está sob a responsabilidade de alguém, como por exemplo, um veículo, o lar, as finanças, as empresas. Enfim, o controle parece ser a rédea que conduz e direciona determinadas coisas.

FAYOL (1989:30) define controle da seguinte maneira:

O controle consiste em verificar se tudo corre de acordo com o programa adotado, as ordens dadas e os princípios admitidos. Tem por objetivo assinalar as faltas e os erros, afim de que se possa reparar-los e evitar sua repetição. Aplica-se a tudo: às coisas, às pessoas, aos atos.

Portanto, o controle visa manter continuamente uma verificação em todos os aspectos do plano adotado, com o objetivo de ajustar quaisquer desvios em relação aos padrões., metas programas de ação preestabelecidos no planejamento. Quanto ao programa de ação, o controle pode ser um instrumento regulador de todas as suas fases, visando o pleno cumprimento deste.

O controle pressupõe a existência de objetivos e de planos, pois não se pode controlar sem planos que definam o que é necessário ser realizado. A maioria das empresas mantém, além das especificações de ordem técnica que regulam suas atividades operacionais, programas que descrevem com detalhes todas as rotinas que envolvem os setores administrativo, econômico e financeiro, identificando com clareza o início e o fim de cada rotina.

O controle é algo universal às atividades humanas. O homem consciente ou inconscientemente, sempre faz uso do controle.

STONER (1985:401) diz que o processo de controle é:

Um esforço sistemático de se estabelecer padrões de desempenho com objetivos de planejamento. Projetar sistemas de “FEEDBACK” de informações, comparar o desempenho efetivo com estes padrões predeterminados, determinar se existem desvios e medir sua importância e tomar qualquer medida necessária para garantir que todos os recursos estejam sendo usados da maneira mais eficaz e eficiente possível para a consecução dos objetivos da empresa.

Os contadores medem o desempenho e esses dados alimentam os tomadores de decisão, que podem comparar o planejado com o realizado e decidir o que fazer, se houver alguma situação a ser corrigida. Em outras palavras, isso é controlar.

3.2.1 A apuração dos custos e as licitações

Se o negócio de uma empresa é para valer, deve, é óbvio, haver obtenção de lucros. Estes lucros servirão para pagar os investidores pelo uso de seus fundos ou para reinvestir na própria empresa para crescimento e expansão. É necessário que um certo volume de vendas sejam realizadas para que se possa obter estes lucros. As vendas devem ser precedidas pela produção e os muitos custos e despesas à ela relacionados. É preciso comprar e consumir matérias-primas, suprimentos e mão-de-obra para que o processo de produção seja realizado. Impostos e aluguéis terão de ser pagos.

MARTINS (1995:24) define custos como: *“Gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.”*

Ainda com a mesma visão, SÁ (1993:108) define custo da seguinte forma:

Investimento para que se consiga um bem de uso ou de venda; o mesmo que gasto, despesa, aplicação de meios para a produção.

O custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, no momento da utilização dos fatores de produção (bens e serviços), para a fabricação de um produto ou prestação de um serviço.

Participando da Comissão de Licitações do Ministério Público do Estado de Santa Catarina observou-se que no momento das aberturas dos envelopes que contém as habilitações das empresas participantes de um determinado certame, muitas delas tem sido inabilitadas por apresentarem documentos com data de validade vencidas. Na maioria das vezes quando ocorrem tais situações, os representantes das empresas atribuem a culpa diretamente aos contadores pela ocorrência do fato, sendo bastante diretos em seus comentários em relação à capacidade profissional dos responsáveis pela contabilidade de suas empresas.

Devido a estas situações, verificou-se que, infelizmente, alguns contadores, ou por esquecimento, falta de capacidade e/ou conhecimento ou até mesmo pelo fato do empresário não lhes permitir, não conseguem habilitar suas empresas no que diz respeito aos documentos a serem apresentados em um certame licitatório. E a pergunta que surge, em função deste problema é: como poderão ter influencia no processo de formação dos preços praticados por estas empresas?

É bem verdade que os empresários, principalmente aqueles que são diretores de pequenas empresas, vêem o contador como o responsável somente pela satisfação das exigências do fisco e nada mais. Esta situação existe, talvez pelo pouco valor que os empresários dão a opinião e ao trabalho do contador ou talvez pela própria postura do profissional de contabilidade frente aos problemas da empresa que esta sob sua responsabilidade.

MARION (1991:30) confirma o que foi dito acima:

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisões. Ressalta-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco.

3.2.2 Custos para a tomada de decisões

Uma entidade para que possa produzir bens e/ou serviços, com certeza necessita despende esforços para tal. Esses esforços são denominados de custos.

Deve-se ressaltar que o objetivo principal da contabilidade é fornecer informações econômicas e financeiras relevantes para cada grupo de usuários, internos ou externos, possibilitando, dessa maneira, a tomada de decisões precisas.

O custeio proporciona dados valiosos para a tomada de decisões de curto alcance. Neste tipo de decisões, os custos do período não são relevantes. O custeio direto evita o uso de taxas de custos gerais, que tendem a criar impressões de exatidão, que geralmente não são justificadas. As atribuições de custos e as taxas de custos gerais baseiam-se em julgamentos que raramente são suficientemente fundamentados para as decisões. Não se pode admitir que os custos gerais se apliquem uniformemente a todos os produtos ou linhas de produção.

Portanto, os dados econômicos e financeiros devem ser gerados pelo profissional contábil, que ao avaliar o processo de criação de bens ou serviços de suas empresas, possa influenciar na formação dos preços de venda através da apuração e controle dos custos relativos a este processo. Assim, a empresa estará apta não somente a participar de um certame licitatório, mas também estará apta a vencê-lo.

Em determinadas ocasiões da vida das empresas, de um modo geral, elas podem sofrer ameaças, quando a queda vertiginosa dos seus resultados. Isso leva tais empresas a buscar um enxugamento rápido e significativo dos seus custos. Se essa decisão for implantada sem uma visão integral do ambiente interno e externo dessas empresas, ela pode afetar de um modo bastante negativo as suas bases de produção de valor e a sua posição competitiva.

Se o objetivo primordial de qualquer empresa é a obtenção de lucro, porque devem os contadores continuar somente auferindo sua existência e volume? Porque não podem, além de gerenciar os lucros, influenciarem na sua criação?

A empresa que participa de licitações e não tem conhecimento do mercado, da situação econômica vigente, da lei que rege o procedimento licitatório, não tem um controle de custos eficiente, está fadada ao insucesso. Para que isto não ocorra, é necessário que a postura tanto do empresário quanto do contador se modifique.

CAPÍTULO IV

A Expansão de Tarefas para os Contadores frente à Lei 8.666/93

4.1 O MERCADO DE TRABALHO DO CONTADOR MODERNO

Como já mencionado anteriormente, as áreas de atuação do contador estão se diversificando. Globalização, avanço tecnológico e o desejo de descoberta de novos rumos para a profissão contábil, são os itens que podem estar influenciando diretamente para que tal fato ocorra.

O contador exerce um importante papel no contexto político empresarial, organizando e dirigindo os trabalhos relacionados à contabilidade da empresa, órgãos públicos e empresas privadas. Realiza normalmente um trabalho de planejamento, supervisão e orientação, de acordo com as exigências legais e administrativas, levantando os elementos necessários para a elaboração orçamentária e para o controle da situação patrimonial e financeira da empresa.

As funções de um contador são inúmeras. Além de possuir os conhecimentos adquiridos durante seus estudos acadêmicos, é necessário que se adapte as inovações que surgem de forma constante.

SILVA (1993:285) afirma o seguinte:

Ao verdadeiro profissional de contabilidade cabe a função de reciclar as informações, de forma a apresentá-las de maneira apropriada aos diversos usuários, que passarão a ter conhecimento de toda a situação patrimonial das organizações, com isso possibilitará ao profissional as condições necessárias de confiança para que possam ser incorporados novos paradigmas que lhe permita estar sempre bem fundamentado no exercício profissional, permitindo que a sociedade mantenha sobre ele um respeito e procure valorizá-lo como realmente merecer.

Como a própria definição de contabilidade sugere, esta ciência é aquela que estuda os fenômenos patrimoniais e suas modificações através do tempo; parece, portanto, que este objetivo é o único a ser perseguido pelos contadores, isto é, o controle patrimonial e os seus resultados no fim de um determinado período.

SILVA (1993:285) apresenta a contabilidade como sendo:

Uma ciência que se caracteriza basicamente pela importância do contexto social, possibilitando aos usuários uma visão mais próxima à realidade sob os aspectos patrimoniais. Com transparência nos relatórios, é possível evidenciar com precisão qual o melhor rumo que a organização deve tomar, para manter ou equilibrar sua estrutura operacional.

O contador do futuro deve estar totalmente engajado na cultura da empresa, deve, com grande perspicácia, atuar em parceria com o gestor, na tomada de decisões, gerenciando as riquezas e todo o patrimônio. Com a globalização da economia, e em função da chegada do terceiro milênio, a contabilidade deverá ser a ciência que controlará toda a riqueza, traçando o perfil de seu profissional frente aos anseios do empreendedor do futuro.

4.2 A CAPACIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Em todas as profissões a atualização constante se faz necessária. A grande competitividade seja qual for à área, é muito grande, e devido a este fator o profissional da contabilidade deve estar constantemente se atualizando. É preciso que haja, desde o início da carreira acadêmica a constante busca pelo saber, seja ele no campo da atuação, ou ainda, naqueles que fazem parte do mundo moderno, como a informática e idiomas estrangeiros.

Para KOLIVER a experiência profissional não pode ser obtida durante um curso universitário, sendo que esta é fruto do viver, da interação com a realidade. A competência se manifesta também através dos conhecimentos de classe, ou seja, conhecimentos gerais sobre a ética e específicos sobre ética profissional.

A competência não pode ser adquirida somente no curso de graduação, pois a habilidade ocorre durante o exercício da profissão.

Sendo assim, cabe ao profissional da área contábil o dever de obter novos conhecimentos relacionados à contabilidade e a outras ciências e temas que possam estar relacionados, mesmo que de forma indireta, a ciência contábil.

Esta busca de novos conhecimentos, muitas vezes pode esbarrar no preconceito e na desconfiança, uma vez que os contadores não são comumente reconhecidos como grandes pesquisadores e, como já mencionado anteriormente, são tidos como os profissionais responsáveis pelo atendimento das exigências fiscais.

MARION (1991:31) afirma: ***“O profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior do ensino contábil (Bacharel em Ciências Contábeis).”***

Para MARION (1991:31), o contador pode atuar em uma empresa elaborando sua contabilidade financeira, a contabilidade de gerencial e a contabilidade de custos.

A contabilidade financeira é aquela que é considerada geral, sendo necessária a todas as empresas. Fornece informações básicas aos seus usuários e é obrigatória para fins fiscais.

A contabilidade gerencial está voltada para fins internos e procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões.

O cálculo e a interpretação dos custos dos bens fabricados ou comercializados, e também dos serviços prestados pela empresa e feito pela contabilidade de custos.

4.3 O CONTADOR E A LEI 8.666/93

Como mencionado anteriormente, como membro da Comissão de Licitações do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, constatou-se os contadores eram responsáveis apenas pela preparação da empresa, para participar do certame licitatório, sob o ponto de vista legal, ou seja, a habilitação jurídica.

Causava bastante estranheza a reação de muitos empresários, não somente no momento da inabilitação de suas empresas em função de documentação vencida, mas também na ocasião da abertura das propostas, quando eram analisados os preços, e as empresas que não venciam a licitação atribuíam, com freqüência, este insucesso, aos contadores.

Estas situações inspiraram o presente trabalho e conseqüentemente a verificação da relevância do conhecimento da lei das licitações para os contadores, pois aparentemente, parece que tal lei é pouco conhecida, ou irrelevante, para o exercício da profissão contábil.

OLIVER KOLIVER (1993:114) menciona que:

A próxima década exigirá do Contador, além de conhecimento profundo, abrangente e atualizado da Contabilidade, cultura humanística e domínio das ciências comportamentais. Um cidadão com uma visão mais aberta ao mundo, capaz de adaptar-se facilmente a cenários cambiantes e que aceite a educação continuada como condição de vida.

A citação acima parece afirmar que não é prejudicial o excesso de conhecimento. Assim, cabe ao contador fazer uma busca permanente de novos

conhecimentos, seguindo os princípios éticos e profissionais, desta maneira originando um aperfeiçoamento profissional.

Deve haver um esforço do contador de forma a atender, com mais qualidade, um mercado que é muito exigente. O contador deve estar preocupado em atender e solucionar os problemas dos consumidores, compreender o que esta fazendo, entender a integração de seu trabalho no todo empresarial e relacionar-se no mesmo nível, com outros profissionais.

No capítulo II foram descritos alguns aspectos referentes à Lei das Licitações – Lei 8.666/93.

A Lei 8.666/93 é muito utilizada pela Administração Pública para a efetivação de compras e contratos. Sendo assim, as empresas particulares afluem, quando convidadas, aos certames licitatórios, ocasião muito boa para o atendimento dos objetivos por elas almejados – a venda de seus produtos e serviços.

Quando estas empresas participam de licitações o fazem com o objetivo de saírem vencedoras, e desta maneira poderem fornecer seus produtos e/ou serviços.

A inserção do contador em todo este contexto reside no fato de que ele pode e ser for permitido, deve, através do cálculo dos custos envolvidos na produção, na venda ou na prestação de determinado serviço, reduzir o máximo possível os custos empresariais, sem comprometimento óbvio do lucro, fazendo com que sua empresa torne-se vencedora de licitações.

É claro que a redução dos custos, seu controle e sua influência no preço final dos serviços ou produtos das empresas, não devem ser feitos única e exclusivamente visando processos licitatórios, pois a política de preços acessíveis e competitivos é saudável em qualquer situação, seja para venda a consumidores de uma forma geral, seja para venda a órgãos públicos.

Por outro lado, outros profissionais, de outras áreas estão fazendo alguns serviços que antes eram da competência exclusiva do contador, ou pelo menos deveriam ser.

Com relação a este problema SCHWEZ (1993:45) afirma:

O contador precisa urgentemente despertar do marasmo, tanto profissional, quanto político. Não podemos ficar passivos e deixar que outros profissionais façam aquilo que é de competência da contabilidade e do contador.

É necessário e extremamente importante que os contadores modifiquem suas posturas no momento da geração de informações para suas empresas. Devem atuar com mais frequência não somente na contabilidade financeira, mas também na área gerencial e na contabilidade de custos das suas empresas.

Por outro lado, a cultura do empresariado também precisa mudar. Seu interesse em manter um contador controlando os custos e apurando resultados que poderão influenciar nos preços de sua empresa, deve passar a ser uma de suas metas.

Isto pode ser evidenciado mencionando-se a greve realizada pelos funcionários do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), no mês de maio de 2000. Esta greve impediu que as empresas retirassem, via INTERNET, as certidões negativas quanto a dívidas com o órgão competente.

Neste mesmo mês o Ministério Público realizava um certame licitatório visando à aquisição de livros para o acervo de sua biblioteca, com data de abertura das habilitações previamente marcada.

As empresas participantes entraram em contato com a Comissão de Licitações, e afirmaram que seria impossível a apresentação da Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, uma vez que este órgão estava em estado de greve.

A Comissão de Licitações passou a analisar uma possível solução, não sendo descartada a hipótese de adiamento do processo. No entanto, o contador de uma das empresas convidadas à licitação, sabiamente, sugeriu a hipótese de solicitação por parte do Ministério Público às empresas participantes, como forma de comprovação de quitação de débitos junto ao INSS, as Guias de Recolhimento da Previdência Social (GRPS), como forma de substituição temporária da certidão solicitada no edital.

Uma vez consultada a Assessoria Jurídica do Ministério Público, a Comissão enviou comunicado as empresas participantes do certame informando que o processo correria normalmente e a abertura dos envelopes contendo os documentos seria mantida para a data previamente marcada. As GRPS's foram aceitas como forma de comprovação de inexistência de débitos junto ao INSS.

Este fato é além de relevante, bastante interessante sob o ponto de vista da influência que um profissional e sua visão empresarial e gerencial, pode ter em uma empresa.

O contador da empresa citada anteriormente certamente conhecia a Lei das Licitações e observou que existia a possibilidade de se efetuar a substituição por ele proposta e prontamente aceita pelo órgão licitante.

Não somente nos aspectos legais o contador deve intervir. Deve ser capaz de dizer ao empresariado que o custo, por exemplo, da caneta que vai ofertar à Administração Pública pode ter seu preço reduzido se os custos referentes à estocagem, frete, pessoal administrativo, energia elétrica, telefone e outros, puderem ser reduzidos sem prejuízo do objetivo da entidade que é o lucro.

Muitas coisas precisam mudar, principalmente a cultura e a visão da grande maioria dos donos de empresas com relação à aceitabilidade da influência mais aprofundada do contador no contexto empresarial. É preciso que os empresários vejam no contador aquele profissional capaz de tornar a empresa competente e competitiva no mercado em que atua.

Por outro lado os contadores como responsáveis por tais empresas necessitam empenhar-se o máximo possível, adiantando-se as modificações contínuas da legislação, evitando erros na escrituração, na apuração dos custos e na indicação da melhor alternativa para a tomada de decisões.

4.4 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUXILIANDO NA TOMADA DE DECISÕES

A análise de balanços tem o objetivo de extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões.

A esse respeito MATARAZZO (1994:17) afirma:

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

As demonstrações financeiras mostram, por exemplo, que a empresa possui \$ X milhares em dívidas. Este dado, nos faz concluir que estas dívidas é excessiva ou anormal, e que a empresa pode não pagá-las. O objetivo da análise de balanço é produzir informação.

Portanto, as informações obtidas através da análise financeira de uma empresa, podem também servir de subsídios para que ela possa participar de processos licitatórios.

A análise de balanços ou análise financeira, começa onde termina a contabilidade.

Ainda, segundo MATARAZZO (1994:19):

Para o contador a preocupação básica são os registros das operações. Na aquisição de uma máquina, por exemplo, quais os custos que comporão o custo de aquisição, a taxa de depreciação, qual será sua classificação no balanço e sua atualização monetária? O contador procura captar, organizar e compilar dados. Sua matéria-prima são fatos de significado econômico-financeiro expressos em moeda. Seu produto final são as demonstrações financeiras.

O contador, ao analisar a situação financeira de uma empresa, preocupa-se com as demonstrações financeiras que, por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando.

Estas informações são igualmente importantes e necessárias, tanto para a empresa que vende, como para o órgão público que compra.

A política financeira de uma empresa tem reflexo nas demonstrações financeiras e é através de sua análise que se podem conhecer seus objetivos. O conhecimento desta informação é importante, especialmente quando se trata de demonstrações financeiras de concorrentes. Através de sua análise pode-se descobrir que a política do concorrente é crescer o mais rápido possível para ganhar mercado, ainda que dependendo de capitais de terceiros e com o sacrifício da rentabilidade.

A análise das empresas concorrentes também é muito importante.

MATARAZZO (1994:36) menciona:

O conhecimento profundo da situação de seus concorrentes pode ser fator de sucesso ou de fracasso da empresa no mercado. A grosso modo, decisões como lançar novos produtos, construir uma fábrica ou conceder prazos de financiamento são decisões muitas vezes tomadas em função da situação do balanço mostrado pelos concorrentes. Além disso, a empresa deve saber qual a sua posição em relação a seus concorrentes e como se situa quanto à liquidez e à rentabilidade.

Os concorrentes fornecem os padrões para que a empresa possa auto-avaliar-se. Por isso, cabe ao contador estar plenamente capacitado para analisar os concorrentes sob os aspectos financeiros, demonstrados nos relatórios contábeis.

4.4.1 O governo como usuário das informações financeiras

O governo se utiliza da análise de balanços em diversas situações.

MATARAZZO (1994:45) a esse respeito comenta:

Numa concorrência aberta, provavelmente escolherá, entre duas propostas semelhantes, apresentadas por empresas em determinada concorrência, aquela que estiver em melhor situação financeira.

Assim sendo, os órgãos que realizam licitações tem especial interesse na situação econômico-financeira das empresas que estabelecem relação com eles.

O governo acompanha a situação financeira da empresa vencedora da concorrência ao longo do desenvolvimento dos trabalhos para que possa obter informações sobre a possibilidade de a empresa continuar os trabalhos para os quais se candidatou.

4.4.2 Indicadores financeiros gerados pela análise econômico-financeira das empresas

Uma boa análise de balanços é importante para os credores, investidores em geral, agências governamentais e até acionistas. No entanto, esta análise não é menos importante para a gerência, onde o enfoque e o grau de detalhamento são diferentes.

IUDÍCIBUS (1993:22) salienta que:

Para a gerência, a análise de balanços faz mais sentido quando, além de sua função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, também serve como um painel geral de controle da administração. Neste sentido, podemos construir uma série de indicadores financeiros e avaliar sua evolução em espaços de tempo mais curtos, digamos, mês a mês.

Os indicadores econômicos gerados pelas demonstrações financeiras servirão de base para a tomada de decisões e também como ferramenta de avaliação, pela Administração Pública, da capacidade de cumprimento de contratos das empresas licitantes.

O profissional capacitado pela elaboração das demonstrações financeiras deve ser capaz de fixar sua empresa em um nível suficientemente confiável, a ponto de participar e vencer um certame licitatório. As demonstrações contábeis e os indicadores financeiros dela resultantes, podem servir de base para que os gestores elaborem suas propostas e conseqüentemente tornem suas empresas competitivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta monografia pretendeu-se demonstrar a relevância do envolvimento do contador em outras áreas e como este envolvimento pode vir a se tornar uma nova perspectiva de atuação do profissional contábil no mercado de trabalho.

A atuação do contador não deve limitar-se somente a área empresarial: o profissional da contabilidade deve atuar também na área pública, embora o contingenciamento orçamentário dos governos federal, estaduais e municipais seja diretamente proporcional ao número de vagas para os trabalhos do profissional da ciência contábil dentro dos órgãos públicos.

Licitação é um tema ainda pouco explorado pelos estudantes de contabilidade e que necessita ser ainda mais pesquisado e analisado, tanto sob o ponto de vista legal quanto sob o ponto de vista da relação deste tema com as funções do contador.

A escassez de bibliografia sobre o tema e a pouca quantidade de trabalhos relacionados diretamente a este assunto, inicialmente pode parecer desanimador. Contudo, esta ausência de obras a respeito da matéria pode ser um meio impulsionador de pesquisas mais aprofundadas.

Nesse sentido, sugere-se que novas monografias, no próprio curso de graduação em Ciências Contábeis, abordem temas como: indicadores financeiros na Lei de Licitações, o mercado de trabalho do profissional contábil frente esta lei, e a relação desta com o contador.

Inúmeras quantidades de atividades podem ser desenvolvidas pelos contadores. Auditoria em processos licitatórios quando as empresas participam dos certames, o reflexo e a influência no volume de faturamento habitual destas empresas

Porém, é necessário que eles estejam preparados para isso. A sociedade se adapta facilmente às mudanças, e portanto, se os contadores não assumirem e não desempenharem suas funções de forma adequada, provavelmente serão substituídos por profissionais de outras áreas.

A relevância do conhecimento da lei de licitações para os contadores, de forma a propiciar uma ampliação do mercado de trabalho para tal profissional, inicialmente pode parecer distante e um tanto quanto sem relação, porém, como foi mencionado no

decorrer deste trabalho, cabe ao profissional, seja qual for sua área de atuação, a adequação e a busca de novas fronteiras e objetivos, capazes de torná-lo indispensável no contexto profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação: Um Recurso Estratégico no Processo de Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas. 1998.
2. CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 1997.
3. FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.
4. FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
5. GUIMARÃES, Klicia Maria Silva. A evolução da contabilidade de custos até a era da globalização. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília-DF, n.122, p. 86, abr.2000.
6. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
7. IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
8. JUSTEN Fº, Marçal. **Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: AIDE, 1994.
9. KOLIVER, Olívio. O contador do ano 2000 – Perfil. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília-DF, n.85, p.114, dez.1993.
10. LAKATOS, Eva Maria, MARKONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.
11. MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1991.

12. MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. Abordagem Básica e Gerencial. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
13. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
14. MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1995.
15. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
16. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
17. SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
18. SALVADOR, Angelo Domingos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Bibliográfica: Elaboração de trabalhos científicos**. Porto Alegre: Sulinas, 1980.
19. SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
20. SILVA, Edgard de Lima. A importância do Profissional de Contabilidade no desempenho da Organização. In: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, I. Olinda, PE, 27-30 out. 1993. Brasília, CFC, 1993. P. 285-6.
21. STONER, James A. F. **Administração**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Prentice/Hall do Brasil. 1985.

TEXTOS LEGAIS

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Editora Zênite, out. 1998.

BRASIL Decreto Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1996.